

A QUESTÃO DAS PERÍFRASES VERBAIS

Maria Margarete Fernandes de Sousa *

Resumo

O artigo ora apresentado aborda a questão das perífrases verbais sob a ótica da Tradição Gramatical e da Linguística. Dentre os pontos considerados, destacamos, inicialmente, o “conflito” encontrado em alguns autores quanto à própria terminologia que envolve o termo em foco. Trata-se de Tempo Composto (TC), Conjugações Perifrásticas (CP) ou Locução Verbal (LV)? Apresentamos como se posicionam, a respeito, os gramáticos, em geral, e algumas correntes linguísticas, como a estruturalista/funcionalista, a gerativista e a versão lexicalista de Miriam Lemle (1989). Há pontos de vista interessantes que merecem consideração. Entretanto, há pontos cruciais que não foram, ainda, satisfatoriamente explorados.

Palavras-chave: perífrases verbais; auxiliaridade; gradualismo.

Abstract

The present article focuses on the issue of verbal periphrases as defined by currently accepted standards of Traditional Grammar and Linguistics. Among the issue considered, I will look at the application accuracy and appropriateness of the term “verbal periphrases” as it is found in several different referenced works. Specifically, I will question the correctness of “verbal periphrases” against other more descriptive terms like “verbal locution”, “periphrastic conjugation”, or the “composite tense”, hereinafter referred to as “VL”, “PC” and “CT”, respectively. The position of grammarans and some linguistic schools, such as the Structuralist/functionalist, as well as the gerativist and the lexicalist principles as defined by Miriam Lemle (1989) as regards these terms is presented. There are interesting points of view that deserve consideration. However, there are crucial points which have not yet been satisfactorily researched.

Key words: verbal periphrases; auxiliaryity; gradualism.

1 A TRADIÇÃO GRAMATICAL

Para a referência à tradição gramatical, impõe-se aludir ao trabalho de Pontes (1973), em que a autora levanta alguns problemas quanto à situação dos chamados Tempos Compostos (TC), Conjugações Perifrástica (CP) ou Locução Verbal (LV), tendo em vista a falta de definição rigorosa destes termos e a questão relativa ao emprego dos mesmos. O que ela busca com esse trabalho é esclarecer melhor a questão, notadamente quanto à especificação e escolha de critérios subjacentes a cada denominação.

O primeiro gramático a se referir ao assunto foi João de Barros, em 1957, na *Gramática da Língua Portuguesa*, tomando como modelo, para a análise do Português, a gramática latina. Esse estudo consistia em listar formas verbais latinas e buscar formas correspondentes em Português. Quando não encontrava as formas sintéticas, concluía que tais formas eram substituídas por seqüências verbais. A utilização desse “recurso” denominou “tempo por rodeio”, através de verbos, como *ser* (*Eu sou amado dos homens e Deus é glorificado de mi*), *ter* e *haver* (*tivera amado; teria amado; ter amado; haver de amar* – para indicar tempo vindouro). Note-se que ele não se manifesta quanto a uma denominação claramente positiva para essa seqüência, apenas reconhece sua existência como “seqüências de verbos”.

Quanto às denominações de Tempo Composto (TC) e Conjugações Perifrásticas (CP), Pontes esclarece que, de modo geral, não há uma definição do que seja uma e outra. Prova disso é a “confusão” que existe entre os gramáticos a respeito do que deva ser considerado TC. Existem, conforme pode ser vista à página 17:

Ela observou que não há entre os gramáticos, exceto Said Ali (1963), preocupação em justificar a distinção entre TC e CP, e os que tentaram fazê-lo não foram convincentes, como Gladstone Chaves de Melo (1968). Para ele, a) os TC

* Professora da Universidade Federal do Ceará, Mestre em Linguística.

fazem parte da conjugação; cada um possui seu nome; b) as LV ou CP se destinam a indicar aspecto.

Segundo Pontes, a primeira justificativa nada explica, já que foi entre os próprios gramáticos que se consolidou o hábito de se referir aos TC como parte das conjugações. O fato de terem nomes não significa nada, também, pois foram os gramáticos que lhes atribuíram essa alcunha. O que justificaria seria o fato de serem os TC considerados diferentes de outras seqüências pela tradição gramatical. Quanto à segunda razão, de que os TC distinguem-se das CP por estas indicarem aspecto, idéia que partilha com Kury (1960), não procede, pois *ter* + participípio, considerado TC, também indica aspecto. Logo, isto não é fato característico exclusivo do que ele denomina de Conjugações Perifrásticas.

Said Ali (op. cit) se insurge contra a distinção entre TC e CP por considerar inexpressivas as denominações atribuídas aos TC (pretérito perfeito composto, mais que perfeito composto etc.). Com isso, ele também quer dizer que não concorda com a inclusão dos TC na conjugação verbal, pois, para ele:

as diversas formas ter feito, tenho feito, tinha feito, tive feito etc. irmanaram-se todas por um traço semântico proveniente da origem comum, e o seu estudo – mau grado a tradição até o presente seguida – é para fazer-se em conjunto e fora do quadro das formas simples, aliviando-se assim o paradigma geral dos complicados ingredientes de tempos perfeitos compostos e tempos anteriores, passados e exatos. Trata-se de uma conjugação perifrástica (p. 19).

Muitos gramáticos defendem, todavia, a distinção entre TC e CP, como Júlio Ribeiro (1885), Silva Jr. e Andrade (1894), Brandão (1963) e Pereira (1909). Consideram como TC as seqüências verbais formadas com o verbo principal no participípio e perífrases as seqüências em que aparecem o gerúndio ou infinitivo. Por esta razão, separam *ter*, *haver*, *estar* dos demais auxiliares. Pontes considera descabido tal motivo, pois se se atribui um nome diferente à seqüência com participípio, por que não proceder de forma semelhante com relação às formadas com gerúndio e infinitivo já que são, também, diferentes?

Por considerar que a maioria dos gramáticos conserva a tradição de separar TC de CP sem, contudo, se ocupar com os fundamentos para tal decisão, e por não ter-

se convencido das razões colocadas por alguns, é que Pontes abandona as denominações de TC e CP e assume a denominação de Locução Verbal (LV), como designação geral para as seqüências verbais.

Os autores citados por Pontes, quanto à análise das LV, não se preocupam com definições rigorosas, nem com o esclarecimento de suas acepções. Segundo a autora, foi Said Ali quem demonstrou maior interesse pelo assunto e quem, de certa forma, melhor caracteriza a LV, atentando para três critérios principais que se interrelacionam: o funcional, o semântico e o histórico. Posteriormente, ele inclui o da comparação com outras línguas (na obra *Dificuldades da Língua Portuguesa*, 1957). Mesclando os critérios *semântico* e *funcional* classifica os verbos em nocionais e relacionais. O verbo auxiliar é, dessa forma, caracterizado como relacional, combinado com infinitivo, gerúndio e participípio.

Vê-se que o fundamento desta análise é o histórico, através do qual o autor trata os verbos *ficar*, *parecer*, *tornar-se*, *ser*, *estar* ou ainda *andar*, *vir*, *ir*, usados em lugar de *estar*, que possuem a significação concreta, apenas em certas construções. Igual procedimento faz com os verbos *ter*, *haver*, *fazer*, *tornar*, lembrando como *ter* evoluiu, também em determinados contextos, do sentido original concreto e passa a auxiliar em construções com participípio, unindo-se a outro verbo chamado principal. Said Ali aconselha a utilização do critério semântico para decidir quando os verbos formam LV.

Muitos gramáticos inspiraram-se na caracterização por ele proposta. Dentre eles está Bechara (1966), que esquematiza do referido autor os auxiliares acurativos, causativos, modais, subdividindo-os, segundo o critério semântico. Também Lima (1964) e Kury (op. cit.) nele se inspiram, adotando sua classificação para auxiliares.

Brandão (op. cit.) e Pereira (op. cit.) também comungam com Said Ali da sua opinião a respeito de verbos de significação esvaziada ou enfraquecida. Devido a isto, nas perífrases verbais, um dos verbos enfraquece ou esvazia o seu sentido, assumindo a função de auxiliar. Por sua vez, o outro verbo, que, a princípio, era um complemento, aos poucos vai perdendo esse caráter e é nele que se centra a idéia principal da perífrase. Isso acontece, por exemplo, com os verbos *ter* e *haver* que em conexão com o participípio de outro verbo a eles associados esvaziam-se de seu sentido e tornam-se simples auxiliares¹.

¹ Também entre os lingüistas, Camara Jr. adota o critério da evolução semântica do verbo para caracterizá-lo como auxiliar. O autor só considera auxiliar o verbo que sofre *gramaticalização*. Segundo ele, único critério capaz de distinguir a LV da seqüência, simplesmente. Conforme Pontes, para se entender melhor a posição de Camara Jr., faz-se necessário entender conceitos como os de *significação*, *semantema* e *morfema*: "1) uma referência permanente às coisas e fenômenos do mundo exterior e às sensações, volições e idéias do nosso mundo interior; 2) um enquadramento desses significados nas categorias mentais que a língua em apreço leva em conta; 3) um índice de relação que nas frases da língua se estabelece entre as formas constituintes" (1959: 133). Em suma, o item 1 refere-se ao **semantema**, e os itens 2 e 3 aos **morfemas**, que podem ter, respectivamente, uma significação categórica ou uma significação relacional. É a partir do vocábulo que ele analisa a perífrase: "Expressão de um conceito vocabular por meio de uma expressão sintática. Tem-se, assim, a forma gramatical perifrástica, em que um vocábulo auxiliar (v.) toma a si a expressão das noções gramaticais, ou significação interna, deixando a significação externa para se expressar pelo outro vocábulo, dito principal".

Ao lado dos critérios adotados por Said Ali, há o critério sintático: para haver LV é necessário que haja relação de subordinação entre os seus membros. Se os elementos estiverem apenas coordenados, tem-se, simplesmente, seqüência.

De modo geral, a LV é considerada pelos autores como a combinação das diversas formas de um verbo auxiliar com as formas nominais de infinitivo, gerúndio e particípio. Entende-se por principal o verbo que conserva sua significação plena, e por auxiliar aquele que se combina com as formas nominais do principal. Conforme Celso Cunha (1970), aquele que perde seu sentido próprio.

Pontes acrescenta que, embora os gramáticos nem sempre explicitem os critérios adotados para a caracterização da LV, em geral fazem uso do critério da *evolução semântica*, ou seja, um critério diacrônico, a exemplo do critério da *gramaticalização* de Camara Jr.(1977). Além desse, vem o que Said Ali chama de *comparação com outras línguas*. A autora vê problemas quanto à utilização exclusiva desses critérios, pois estes não garantem uma perfeita correspondência de significado ou comportamento dos verbos entre o uso do passado e o uso atual. Por exemplo: quanto ao verbo *querer* há conflitos no que diz respeito a sua situação de auxiliaridade. Said Ali assim o considera por influência da análise de outras línguas, como o inglês, em que *will (querer)* é auxiliar de futuro. Camara Jr., por sua vez, com base no critério de gramaticalização, considera má técnica de descrição gramatical considerá-lo dessa forma. E há, ainda, os que não se decidem a respeito, como Oiticica (1919) e Bechara (op. cit.).

O próprio Said Ali faz confusão quanto à classificação de auxiliaridade ao se posicionar de forma contraditória, quando classifica o verbo *mandar* como auxiliar causativo, em sua obra *Dificuldades da Língua Portuguesa* (1957), por influência da análise de outras línguas, e classifica-o como transitivo na obra *Gramática Histórica*, seguindo critério sintático.

Pontes sumariza assim a questão dos auxiliares, depreendendo deles:

- a) no primeiro, há um grupo de verbos em que praticamente não há discordância quanto à classificação de auxiliaridade: *ter, haver, ser, estar*. Nos dois últimos, encontram-se, entre alguns, algumas discordâncias;
- b) no segundo estão os verbos *ir, vir, andar* que, embora considerados por quase todos os gramáticos como auxiliares, recebem tratamento diferenciado por não entrarem na formação dos tempos compostos. Alguns os denominam de *acidentais*, por oposição aos *essenciais* (os quatro primeiros); outros denominam os primeiros de *mais comuns*, e outros, ainda, chamam os últimos de semi-auxiliares;
- c) no terceiro, existem verbos que Said Ali (1963) introduziu na gramática como acurativo (*começar a; estar a, para, por; tomar a; acabar de* etc.), sobre os quais são encontradas mais divergências.

Como já explicitado, a falta de uniformidade na utilização dos critérios para a identificação dos auxiliares é o ponto nodal de muitos problemas em torno da questão da auxiliaridade. Conforme expõe Cunha (1992:380), em nota de rodapé, “como não há uniformidade de critério lingüístico para determinação dos limites da auxiliaridade, costuma variar de gramática para gramática o elenco de verbos auxiliares”. Segundo Pontes, não só a influência da comparação com as outras línguas, mas também o critério semântico têm contribuído para aumentar as divergências que circundam a caracterização da LV. O próprio Said Ali admite que nem sempre é fácil verificar se certas seqüências verbais são, de fato, LV ou se são verbos separados, se for utilizado, apenas, o critério semântico.

Diante de tantas dificuldades, Pontes acaba por aceitar o fato de que o critério preponderante para a caracterização da LV deve ser o sintático. Rejeita, portanto, o critério semântico por considerá-lo pouco seguro e abandona o critério histórico por dois motivos: 1) não acha possível afirmar que todos os chamados auxiliares tiveram evolução semelhante; 2) por razões de método, não considera o método diacrônico adequado para o tipo de análise que pretende fazer: análise sincrônica do português.

2 A TRADIÇÃO LINGÜÍSTICA

As propostas estruturalistas e funcionalistas

Em dois artigos, constantes de *Problemas de Lingüística Geral II* (1989), Benveniste trata de verbos auxiliares: no capítulo 9, “As Transformações das Categorias Lingüísticas”, e no capítulo 13, “Estrutura das Relações de Auxiliaridade”. Deixamos de lado o primeiro estudo, porque aí as locuções verbais são tratadas diacronicamente, já inseridas, pelo menos em parte, no que modernamente chamamos *gramaticalização*, através da qual unidades do léxico transitam para a gramática, obedecendo à gradualidade.

Interessa-nos de perto o capítulo 13. Nele o autor remete a dois estudos. Um deles é o de Guillaume, que se exprime sobre o assunto nestes termos:

os verbos auxiliares são verbos cuja gênese material interrompida por uma conclusão mais rápida da gênese formal, fica em suspenso, não se completa e pede, conseqüentemente, um complemento de matéria - que estando encerrada a ontogênese da palavra - só pode vir do exterior: de uma outra palavra (apud Benveniste, 1989: 182)

Exemplificamos com *ter andado*, onde *ter* é verbo completo quanto à *forma*, já que se conjuga em todos os modos e tempos, mas incompleto quanto à *matéria*. *Andado* é a palavra que traz a matéria que falta, intervindo apenas com esta finalidade.

Em três passagens de uma conhecida obra de Tesnière (1959), o assunto é aludido, onde enuncia o princípio da função gramatical do *auxiliar* e da função semântica do *auxiliado*, fala das frases de *cópula + adjetivo*, em que o verbo *ser* tem função estrutural e o predicativo assume função semântica; enfim, retoma o princípio ora em foco, acrescentando o seguinte: os verbos auxiliares são palavras vazias, mas constituem precisamente o nó verbal da frase. São, pois, palavras vazias constitutivas,² pois assumem função estrutural e formam nós.

Um mesmo auxiliar pode ter valores translativos diferentes. *Être* pode servir, ao mesmo tempo, como auxiliar do passado (*Je suis venu*) e auxiliar de passiva (*Je suis frappé*).

Benveniste desenvolve as idéias de Guillaume e de Tesnière. Reconhece o processo lingüístico de *auxiliação*, “que consiste na função sintagmática de uma forma *auxiliante* e de uma forma *auxiliada*, ou mais sucintamente, de um *auxiliante* e um *auxiliado*” (op. cit.: 183). Evita o termo *auxiliar*. Em termos gerais, há três classes de *auxiliação*: a) *auxiliação de temporalidade*; b) *auxiliação de diátese*; c) *auxiliação de modalidade*

Sem entrar nos pormenores de tão intrincado assunto, alguns dos quais só dizem respeito ao francês, vamos nos deter nas linhas gerais. Tomemos a forma portuguesa de temporalidade *tínhamos chegado*. Pode-se, a partir dela, constituir um paradigma como *auxiliante: tinhas/tínhamos*, ou com o *auxiliado: chegado, partido* etc.

Em termos de *funções proposicionais*, o *auxiliado* representa o *argumento* e o *auxiliante*, a *função*.

O *auxiliante* *tínhamos* indica pessoa e número. E o tempo? Impossível que a noção pretérito mais que perfeito esteja na forma *auxiliante*. Está sim na *auxiliação*, na função sintagmática de *tínhamos chegado*, segundo o autor³.

Benveniste (op. cit.) admite ainda o processo da *sobreauxiliação*, quando acontece mais de uma *auxiliação* em cadeia: *tem sido amado*.



No que toca à *auxiliação diatética*, estabelece dois casos:

- a) a *auxiliação de diátese* começa num nível acima da *auxiliação de temporalidade*. Em *tinha sido lido*, por exemplo, há que se distinguir dois planos de *auxiliação*: temporalidade *tinha sido*; diátese *tinha sido + lido*;
- b) a *auxiliação de diátese* cessa num nível acima da *auxiliação de temporalidade*. Comparando *il a frappé* ou *il a en frappé*, o autor constata. Só a primeira construção é *conversível em passiva*, mas a segunda não, pela exigên-

cia de dois participípios, o de *avoir*, para a temporalidade, e o de *être* para a diátese.

Para encerrar, não podemos deixar de registrar estas colocações de Almeida (1980: 25) ao conceito de *auxiliaridade*:

- a) se se reconhece à primeira vista que, no compósito *auxiliar – verbo principal*, parte do primeiro tem uma contribuição mais morfêmica que parte do segundo, cuja contribuição é fundamentalmente semântica, a perífrase deve ser encarada como um conjunto. Compare-se *tenho de trabalhar / vou trabalhar* e verifique-se o valor prospectivo do infinitivo e as considerações modais diferenciais nos auxiliares;
- b) gramaticalização não implica esvaziamento de sentido, como daremos a conhecer, quando da apresentação de autores ligados ao funcionalismo;
- c) a perífrase representa um acréscimo sêmico à forma simples do verbo e, portanto, consiste na oposição que se faça entre duas construções (*amo / estou amando; trabalho / quero trabalhar*).

Especial atenção merece o item **b**, concernente ao esvaziamento semântico. Muitos autores, como Tesnière (op. cit.) costumam opor, sem as necessárias explicações, *palavras plenas (mots pleins)* a *palavras vazias (mots vides)*. Cremos estar subentendidas as expressões *cheia* ou *vazia* (de conteúdo referencial), como deixa entrever Reis (1972). Mesmo assim, perguntamo-nos porque a plenitude tem que tomar como eixo o mundo biossocial. Ademais, não está bem colocada a diferença entre léxico e gramática, ou melhor, entre significado lexical e significado gramatical. Há, como veremos, quando expusermos a visão de funcionalistas brasileiros, casos fronteirios. A propósito desse assunto, Reis afirma:

parece que em português o esvaziamento do auxiliar não chega à sua plenitude; boa parte de sua significação primitiva ainda persiste no seu lexema. (p. 5)

Quanto a Macambira (1987), este define a locução verbal em termos de pluralidade de forma e unicidade de sentido.

Locução verbal é aquela cujos componentes constituem um todo indivisível, de tal modo que um só deles pode ser entendido como parte, seja sob o aspecto mórfico, seja sob o aspecto semântico (p. 110).

Exemplifica com a forma verbal *chovera*, substituível por *havia chovido*. O autor esquece, todavia, que nem sempre a substituição é possível, como no caso da maior parte das locuções verbais: *está chovendo, tem chovido*. Macambira, ele próprio, admite que, nas locuções verbais com infinitivo, existe, como se verá, o tipo insubstituível.

² Palavras *constitutivas* se opõem às *subsidiárias*, incapazes de formar nós, como os artigos (cf. Tesnière, 1959: 56).

³ Há, porém, outra interpretação: admitir que *tínhamos ... (a)do* é que expressa o conteúdo «pretérito mais que perfeito». A forma *cheg-* tem a função semântica sendo substituível por *am, – embarc -*.

O referido autor postula os seguintes tipos locucionais: a) verbal com infinitivo; b) verbal com gerúndio; c) verbal com particípio; d) verbal com substantivo.

O primeiro tipo admite dois subtipos: o insubstituível (por este) e o tipo predicativo (*hei de vencer, tenho de sair, estou para viajar, fiquei a meditar*). Excluem-se as locuções em que o infinitivo mesmo substituível por *isto*, exerce a função de adjunto adverbial: *Tu passaste a cantar*.

A doutrina de Macambira, com respeito ao quesito substituível, é ambígua e um tanto confusa. De um lado, parece insinuar que há equivalência a formas simples, o que não é verificável em português, como constatamos a princípio; de outro, admite a insubstituibilidade a não-equivalência a isto. Quando trata da locução verbal do tipo predicativo, assume dois discursos.

Em *estou para chegar*, reconhece que seria possível analisar o infinitivo como predicativo do sujeito, o que não invalida o caráter locucional. Já em *o caso é de lamentar*, não identifica locução, mesmo reconhecendo a substituível da preposição + infinitivo por *lamentável*.

O segundo tipo locucional constitui-se de *verbo de ligação + gerúndio: estou fazendo, fiquei fazendo*. O terceiro de *ter* ou *haver + particípio* ou *ser + particípio*, neste último caso constituindo diátese passiva. Cabem aqui algumas observações.

Em primeiro lugar: é lícito considerar particípio em ambos os casos? Em outra obra (1978), Macambira só reconhece o particípio na forma verbo-nominal de voz passiva⁴. Em *tenho amado* a segmentação é *am-a-do* e em *ser amado, am-a-d-o-φ-φ*. Há uma contradição a ser registrada, portanto.

Ora, contra-argumentamos: afirmando que nem sempre o verbo auxiliar tem o sentido dissonante do do verbo empregado independentemente, não há diferença, a nosso ver, entre *começar em começar o estudo* e *começar a estudar*; *cessar em cessar de ler* e *cessar a leitura*. Nos casos de *ter* ou *haver + particípio* é que parece mais longínqua a relação simétrica entre *ter*, nocional, e *ter*, auxiliar. Em outros termos: é difícil mensurar em termos categóricos e absolutos a pretendida unidade semântica do composto locucional.

Ilari (1997) lembra que as gramáticas tradicionais tratam como tempos à parte as perífrases (é essa a denominação adotada por ele para as seqüências verbais) construídas com *ter* e *haver*, o que o leva a questionar quais são os auxiliares que dão origem a tempos do verbo em português. Segundo ele, as razões tradicionalmente alegadas para tratar como tempos compostos (TC) as perífrases de *ter + particípio passado* são, basicamente, três:

- 1) o fato de que essas perífrases comutam com formas simples do verbo;
- 2) o fato de que é impossível atribuir-se hoje um mesmo sentido ao verbo *ter* quando usado como verbo principal ou como auxiliar;
- 3) o fato de que *ter* e a base verbal indicam uma única ação, atribuída a um único sujeito.

Ilari caracteriza as construções perifrásticas “como resultado de aproximação sintagmática de um verbo auxiliar, em uma das tantas formas flexionadas, e de uma forma nominal do verbo significativo” (p. 34).

Os critérios especificados servem, principalmente, para assinalar a distância entre o verbo *ter*, como auxiliar, e o verbo *ter* transitivo, cujo uso continua vivo em português, até hoje. Mas Ilari (op. cit.) acrescenta que a razão maior para falar deste verbo como auxiliar de tempo “é que influencia de maneira sistemática a interpretação temporal das sentenças em que ocorre” (p. 29).

O autor referido verifica a satisfatoriedade dos critérios acima, ao discutir a validade de se considerar como auxiliares de tempo as construções com *estar + gerúndio, estar para + infinitivo, acabar de + infinitivo* etc. Ao proceder a análise dessas construções, ele se coloca diante das seguintes questões, que resumem os critérios já citados.

1^a) É possível distinguir um **uso verbal pleno** e um **uso auxiliar** para o verbo?

2^a) A presença do auxiliar acarreta algum efeito sistemático na interpretação temporal da sentença? Qual?

Ilari focaliza alguns auxiliares, como *acabar de, ir, dever, ter que, haver de (+ infinitivo)*. No caso de *acabar de + infinitivo* o autor esclarece que não se trata, simplesmente, de se opor um uso pleno do verbo a um uso “auxiliar” desse verbo, mas trata-se de se distinguir dois auxiliares em que um indica *a conclusão de uma ação* e o outro indica *passado recente*. O primeiro caso justifica-se pelo fato de: a) co-ocorrer com a advérbio *completamente*; b) por admitir a negação; e c) por não co-ocorrer em qualquer tempo com base verbal na voz passiva. Com o segundo, dá-se o inverso. Confirmam-se os exemplos abaixo em que ambos os casos realizam-se perfeitamente.

(01) *O carteiro acabou completamente de percorrer o bairro* (conclusão da ação). (p. 30)

(02) *A casa acabou de ser pintada há poucos dias*. (passado recente). (p.31)

Comparando-se os advérbios *completamente* e *poucos dias*, observa-se que somente a segunda acepção do au-

⁴ Daí o nome *participio*, de *participium*, porque a forma participa da dupla natureza verbo-nominal, conforme lição dos clássicos (cf. Robins, 1979 e Neves, 1987).

xiliar em questão apresenta um papel temporal bem definido. Ilari caracteriza esse papel temporal a partir da seguinte sugestão, com base nas noções de *Momento do Evento* (ME), *Momento de Fala* (MF) e *Momento de Referência* (MR)⁵.

O MR de uma sentença com acabar de + infinitivo tem com MF a mesma relação temporal que caberia entre MF e ME de uma forma verbal simples, no tempo verbal em que está o auxiliar.

O ME da sentença perifrástica é anterior a MR; a relação de MR e ME é de proximidade (p. 31).

Quanto ao verbo *ir*, o autor afirma que há elementos suficientes para caracterizá-lo como auxiliar temporal. Também com o verbo *ir* (a exemplo do que ocorre com o *acabar de*), ocorrem situações distintas: a) uma em que ele apresenta sentido pleno; b) e outra em que ele é, de fato, um auxiliar de tempo. Segundo Ilari, “a distinção fica justificada pelos seguintes fenômenos sintáticos e semânticos: *ir* (primeiro caso) mas não *ir* (segundo caso) co-ocorre com *estar* e *acabar de* (passado recente) (p. 31/32).

(04) *Estou indo comprar água.*

(05) *Acabo de ir comprar água.*

(06) *Quando ocorreu o acidente com o ônibus, o time estava indo jogar contra o Curitiba.*(p. 32)

**Estou indo chegar de carro.*

**Acabo de ir chegar de carro*⁶.(p.32)

A exemplo do que fez com *acabar de*, o autor elabora uma “instrução” através da qual o valor do auxiliar de tempo *ir* deixa-se captar.

Sentenças construídas com auxiliar ir + infinitivo têm MR localizado em relação ao MF como os localizaria o ME de uma forma verbal simples, com os mesmos morfemas do auxiliar; o ME da sentença é posterior a MR.

Ao que parece, os verbos *dever*, *ter que*, *haver de* apresentam certas “limitações” temporais já que associam ao valor temporal diferentes tipos de modalidades, chamadas pela tradição gramatical, de “dever”, “obrigação” e “determinação”. Além do mais, os verbos *haver* e *dever* não assumem todos os morfemas do indicativo. Não é possível, por exemplo, construí-los no passado simples

(07) **Eu houve de aceitar as condições.*

(08) **Eu devi aceitar as condições.*

Ilari coloca a possibilidade de haver interação de auxiliares temporais nas estruturas frasais, desde que não haja incompatibilidade entre os auxiliares, que possa provocar má-formação de combinações, conforme exemplos abaixo.

(09) *X tinha voltado.*

(10) *X acaba de acabar de dizer.*

(11) *X vai ir dizer.*

(12) *O prisioneiro acaba de ir fugir.*

(13) *O prisioneiro vai acabar de fugir.*

Todavia, há aceitabilidade nas construções com *ir + ter – do*.

(14) *Amanhã ele vai ter voltado.*

Conforme paradigma funcionalista da gramaticalização sobre o qual não nos deteremos aqui⁷, Martelotta et ali (1996) se detêm na auxiliaridade num estudo mais amplo intitulado “Integração entre Cláusulas e Gramaticalização”.

Através dos usos dos verbos apresentados, observaram outros geralmente presentes nos fenômenos da gramaticalização:

- a) ressemantização – processo que consiste na perda de significação lexical de uma forma e no conseqüente ganho de significação gramatical;
- b) reanálise – consiste na reestruturação de uma expressão ou grupo de expressões que não envolve nenhuma modificação intrínseca ou imediata da sua manifestação superficial;
- c) polissemia – refere-se a funções diferentes para uma mesma forma, sendo que a função mais antiga não é necessariamente descartada, podendo permanecer interagindo com as novas funções.

Os autores flagraram um caso fronteiro entre o lexical e o gramatical, configurando-se assim ambigüidade:

(15) *Perdi a direção do carro ... e fui raspando o carro pelo paredão do túnel*

Explicam à página 94:

⁵ Acerca das terminologias *Momento do Evento* (ME) – o momento em que se dá o evento descrito-, *Momento da Fala* (MF) – o momento da realização da fala, o tempo da enunciação – e *Momento de Referência* (MR) – o sistema temporal fixo com respeito ao qual se define simultaneidade e anterioridade, a perspectiva de tempo que o falante transmite ao ouvinte para a contemplação do ME – consulte-se Corôa (1985) e Ilari (1997).

⁶ O * (asterisco) será usado sempre que se fizer necessário indicar formas/estruturas da língua consideradas “inadequadas”, conforme as normas gramaticais.

⁷ Cf. na mesma obra os dois capítulos preliminares um de Votre “Um paradigma para a lingüística funcional”, o outro de Martelotta et ali, “O paradigma da gramaticalização”.

- a) num sentido, o verbo *ir* é pleno, mantém a noção de movimento físico e o segundo verbo inicia outra cláusula com valor circunstancial;
- b) num outro sentido (mais novo), o verbo *ir* é efetivo, formando uma locução com o segundo verbo, apresentando-se como uma flexão do verbo principal.

No que concerne à reanálise, *ir*, (como *vir*), como efetivo progressivo ou inceptivo, vem sofrendo um processo de reanálise sintática e de mudança semântica.

É digno de registro que os pesquisadores encontraram outros verbos funcionando como auxiliar:

• **Querer: na locução *querer dizer***

(16) *Nuvem preta quer dizer chuva.*

(17) *Eu não disse que aquela nuvem preta **queria dizer** chuva.*

Note-se que o sujeito da primeira cláusula não é animado, *dizer* não é objeto de desejo do verbo *querer*.

Os autores postulam, conforme um dos princípios da gramaticalização, um uso ambíguo, intermediário, em que o verbo é interpretável como pleno ou como auxiliar.

(18) *Ela quer dizer uma palavra de consolo.*

• **Deixar:**

(19) (...) *qual o prato que você mais gosta de fazer?*

Éh arroz ... feijão ... macarrão.

Qual que você gostaria de me ensinar?

*Éh **deixe ver** macarrão ... não arroz ...*

Justificam: “o informante não pede permissão, mas usa a expressão **deixe ver** como um marcador para preencher o tempo em que está pensando”. (p. 108).

• **Saber:**

(20) *Sei fazer cubinhos*

(21) *Sei fazer bonecos de pano*

Não há equivalência a:

(22) *Sei que faço cubinhos*

(23) *Sei que faço bonecos de pano*

mas a:

(24) *Posso fazer cubinhos*

(25) *Posso fazer bonecos de pano*

Noutro estudo mais amplo “Gramaticalização na Ordenação Vocabular de Sujeito e Auxiliar – Verbo”, Votre e Cezario (1996) procederam a um estudo tópico sobre as cláusulas com auxiliar – verbo. Contemplam-se as seguintes posições do sujeito: antes ou depois do amálgama auxiliar – verbo ou entre auxiliar e verbo.

Concluem que o “auxiliar provém de um verbo pleno, transitivo ou intransitivo e o segundo verbo de um complemento (oracional) do verbo transitivo, ou de cláu-

sula autônoma, justaposta em relação à primeira” (p. 125). Há, pois, cláusulas em série que se fundiriam. Constatase forte coesão entre auxiliar e verbo, tanto em S a V como em V a S.

Também conforme a norma geral funcionalista da gramaticalização, embora com um ou outro matiz teórico diferencial no qual não nos ateremos, Castilho (1997) toca no problema da auxiliaridade.

Uma vez que, como categoria primária, aparentemente o verbo não deriva de outra classe lexical a não ser por sufixação a partir de base nominal, o fenômeno mais digno de nota em gramaticalização é o da passagem de verbo pleno a verbo funcional e deste para verbo auxiliar.

Um verbo funcional transfere o papel de núcleo de predicado para os constituintes à direita, que se tornam portadores de pessoa, número, tempo e modo. O verbo auxiliar, por sua vez, acompanha um verbo nuclear na forma nominal, ao qual atribui as categorias de pessoa e número, especializando-se como auxiliar de tempo, modo e aspecto.

Castilho propõe o seguinte trajeto, no qual o verbo auxiliar é uma etapa:

Verbo pleno > Verbo Funcional > Verbo Auxiliar > Clítico > Afix

Apoiado em Lehmann (1982: 38), Castilho refere que são infrutíferas as lonxxcalização não são a mesma nem distintas. A diferença entre elas é gradual, e não há claras linhas divisórias”.

Como vemos, um dos princípios da gramaticalização, quer na versão de Martelotta et alii, quer na de Votre e Cezario, quer na de Castilho, é o do gradualismo.

3 A PROPOSTA GERATIVISTA

A versão transformacional de Pontes

Ao falar do auxiliar, em Português, Pontes (op. cit.) é enfática ao afirmar que o verbo *ter* detém todos os requisitos para ocupar lugar de destaque nesse assunto. Além dele, somente o verbo *haver* pode acompanhá-lo, contudo considera-o uma variante estilística de *ter*, própria da linguagem literária. Entretanto, a autora não se compromete completamente com essa posição, pois acaba por dizer que:

se isto não for correto, não faz diferença para o nosso trabalho. O que nos interessa é constatar que nesta posição há apenas dois verbos (eventualmente, um) que se comportam de maneira diferente de outros verbos da língua (p. 50).

Aponta as características a seguir para os verbos *ter* e *haver* já que os considera iguais:

a) têm uma posição fixa na seqüência verbal. Podem preceder *estar –ndo*, mas não podem segui-lo; devem seguir o

- modal⁸, não podem precedê-lo: seu lugar é entre os dois (*Tem estado comprando.*);
- b) o particípio que se combina com *ter* fica invariável; não concorda com o sujeito, como acontece com o particípio dependente de *ser, estar, ficar* etc. (**Os meninos têm estudados*);
- c) quando se transforma uma oração ativa em passiva, *ter* – *do* continua na mesma posição: entre o modal e o progressivo;

(26) *João tem comprado flores.*

(27) *Flores têm sido compradas por João.* (p. 51)

d) *ter* – *do* funciona como uma unidade, em relação a *tempo*, tendo seus adjuntos temporais de acordo. Com o presente, por exemplo, o adjunto típico é *ultimamente*;

(28) *João tem estudado ultimamente.* (p. 51)

Ela observa que com o presente simples o uso dos adjuntos é já um tanto forçado.

(28a) *João estuda ultimamente.* (p. 51)

Esclarece, todavia, que o adjunto temporal, nessas situações, se referem à seqüência como um todo, tanto que podem mudar de lugar sem que o significado se altere.

(28b) *Ultimamente, João tem estudado.*

(28c) *João, ultimamente, tem estudado.*

(28d) *João tem, ultimamente, estudado.* (p. 52)

e) a unidade da seqüência se vê, também, pela negação, que se refere à seqüência como um todo e não pode aparecer senão antes dela, em geral;

(29) *João não tem estudado.*

(29a) **João tem não estudado.* (p. 52)

f) a restrição de seleção vigora entre o sujeito da oração e o verbo principal; *ter* não interfere;

(30) *A pedra quebrou.*

(30a) *A pedra tinha quebrado.*

(30b) **A pedra tinha lido.* (p.52)

g) *ter* combina-se com qualquer verbo até impessoal;

(31) *Tinha chovido.*

(32) *Tinha havido aula.* (p.52)

Diante do exposto, Pontes afirma que:

estas características fazem de TER um verbo diferente de outros e fazem com que se pense que, se algum

verbo deve ser considerado auxiliar, TER seja o seu protótipo. Considerando-o como um constituinte de Aux., estaremos levando em conta exatamente a peculiaridade desta seqüência TER – do, que tem um significado próprio, coeso e se comporte sintaticamente de maneira tão especial (p.52).

Mesmo advogando em favor de *ter* como protótipo dos auxiliares, a autora admite que os verbos *ser, estar* também são auxiliares ainda que as reformulações da Gramática Transformacional tenham sugerido considerar *ser – do* e *estar –ndo* como verbos comuns.

Conforme já explicitado, as demais seqüências de particípio são diferentes das com o verbo *ter*. Sua posição na seqüência, quando formada por mais de dois verbos, é sempre em último lugar, antes do verbo principal. Confiaram-se os exemplos abaixo:

(33) *João foi humilhado.*

(33a) *João está sendo humilhado.*

(33b) *João tem sido humilhado.*

(33c) *João tem estado sendo humilhado.*

(33d) *João deve Ter estado sendo humilhado.* (p. 54)

Nesses casos, o particípio concorda em gênero e número com o sujeito.

(34) *Os meninos estão sendo humilhados.*

(34a) *As meninas estão sendo humilhadas.* (p.54)

Pontes evidencia que com estes verbos há restrição seletiva por ocasião da formação da passiva, pois a construção passiva só é possível com uma subclasse de verbos, os transitivos. Em decorrência dessa restrição, os estudiosos foram levados a tratar a passiva como uma estrutura superficial (ES), que se origina de uma estrutura profunda (EP) semelhante à da oração ativa. Através da transformação passiva, essa estrutura chega à forma de ES. Essa regra transformacional é preconizada por Chomsky, que parte da premissa de que uma oração ativa é uma paráfrase da passiva⁹.

(35) *João humilhou Paulo.*

(35a) *Paulo foi humilhado por João.* (p. 55)

A transformação, nesse caso, só foi possível porque o verbo *humilhar* teve suas condições atendidas: sujeito e objeto animados. O que não ocorre com os exemplos abaixo.

(36) *João comeu o pão.*

(36a) **O pão comeu João.*

(37) *O pão foi comido por João.*

(37a) **João foi comido pelo pão.* (p. 55)

⁸ Por *modal*, Pontes entende os verbos que se constróem com infinitivo.

⁹ Contudo, em Jackendoff (1972: 335-6) a paridade ativa/passiva foi posta em xeque, conforme os exemplos abaixo:

Muitas pessoas liam poucos livros.

Poucos livros são lidos por muitas pessoas.

Muitas flechas não atingiram o alvo.

O alvo não foi atingido por muitas flechas.

A exemplo do que ocorre com *ser* dá-se com *estar*. As construções com o segundo verbo admitem o agente da passiva e correspondem a uma oração ativa.

(38) “*De resto, o estudo está feito por mão de mestre*”. (Mário de Andrade apud Pontes; op. cit.: 55)

(38a) *Mão de mestre fez o estudo*. (p. 55)

Ainda assim, há algumas diferenças entre essas estruturas e as formadas com *ser*:

- a) as de *ser*, quando estão no presente, correspondem ao presente ativo (*é amado – ama*) e as de *estar* correspondem, em geral, às formas perfeitas (*está feito – fez*);
- b) as construções com *estar* +do não podem ser antecedidas de *estar* +ndo;
- c) *estar* –ndo não se combina com qualquer verbo, como *sentir* (fisicamente), *cheirar*, *olhar*, *levantar-se*, *vangloriar-se*, *atrever-se*.

Pontes chama atenção para o fato de que as construções com *estar* + participio não são simples de analisar, pois nem sempre se comportam sintaticamente como passivas. Assim como *estar*, há outros verbos que se combinam com participio mas que não constituem orações passivas, como *andar*, *ficar*, *continuar*, *permanecer*, *viver*.

É importante destacar que a aludida autora se deteve na análise das estruturas com infinitivo. Com as demais formas nominais o comportamento desses verbos pode ser diferente.

Após fazer uma exposição minuciosa das relações sintáticas estabelecidas pelos chamados auxiliares causativos, sensitivos e modais, com os demais membros da oração, Pontes chega à seguinte conclusão:

estes verbos são transitivos e o infinitivo que deles depende constitui uma oração que serve como seu objeto. (p.60)

Sobre ao *auxiliares causativos*, *fazer*, *mandar*, *deixar*, assim chamados por Said Ali (op. cit), evidenciam-se as seguintes situações dentre outras:

- a) o próprio Said Ali os considera transitivos, logo como pode ser, ao mesmo tempo, transitivos e auxiliares?
- b) alguns gramáticos ensinam que se o infinitivo for desdobrável em uma oração de modo finito, esses verbos não formam LV, donde se conclui que, neste caso, não há verbo auxiliar;
- c) segundo Oiticica, se o verbo no infinitivo tem o sujeito diferente do causativo, não pode formar LV, pois a LV deve ser encarada, sempre, como equivalente a uma forma simples do verbo; para que haja LV há exigência de que os verbos estejam na mesma oração simples;
- d) o fato de o infinitivo poder flexionar-se para concordar em número com o sujeito, em desacordo com o verbo causativo, evidencia que, sintaticamente, ele não forma com tal verbo um sintagma.

Pontes crê que Said Ali e outros gramáticos foram levados a considerar os verbos causativos como auxiliares pela existência de orações em que o sujeito do infinitivo não estava expresso.

(39) *O médico mandou entrar*. (p. 62)

Nessa oração, o sujeito de *entrar* não é o *médico*, mas “alguém” a quem esse médico mandou entrar.

Pontes também rejeita a classe dos auxiliares sensitivos: *ver*, *ouvir*, *sentir*.

Conclusão semelhante ela tira quanto aos chamados *auxiliares modais*, como *desejar*, *abominar*, *odiar*, *querer*. Em todos os casos examinados viu que o infinitivo dependente desses auxiliares modais deve ser analisado como formador de orações substantivas objetivas diretas, pois eles são, na realidade, verbos transitivos, cujo objeto pode ser uma oração de infinitivo.

Além dos auxiliares modais acima citados, Pontes refere-se aos verbos *tentar*, *buscar*, *pretender*, *ousar*, *atrever-se a*, indicadores de tentativa e esforço, e os verbos *conseguir* e *lograr*, indicadores de consecução. Esses verbos são, normalmente, dados como auxiliares pelos gramáticos, em geral. Todavia, apresentam restrições semelhantes às anteriormente explicitadas, o que os descaracterizam como auxiliares. A autora cita, ainda, os verbos *saber* e *vir* que, por terem comportamento semelhante aos modais, em geral, não devem ser considerados auxiliares, mas verbos comuns, o que não é verdade, pois são diferentes as construções:

(40) *Sei que ele lê*.

(41) *Sei ler*.

Percebe-se, inclusive, a combinação de *vir* (auxiliar) e *vir* (verbo principal)

(42) *João vem vindo do sítio*.

A versão lexicalista de Lemle

Se, por um lado, Pontes demonstra quão complexo é definir os limites dos TC, LV ou CP, por outro, Lemle (1989), com base na hipótese lexicalista, ao que parece, considera simples a solução do problema sob a ótica da referida hipótese.

Para Lemle, através da teoria lexicalista, é possível se chegar à conclusão de que as formas gerundiais dos verbos devem ser consideradas como advérbios propriamente ditos. Tal constatação decorre de pontos, como:

- a) o mecanismo de derivar advérbios a partir de verbos nada é senão um caso a mais de regras morfológicas de correspondência entre palavras de diferentes classes gramaticais. Se a gramática já possui essas regras de formação, utilizando o mecanismo da sufixação para criar palavras a partir de outras (de verbo cria-se substantivo, por exemplo); deve ser perfeitamente possível a utilização de regras que estabeleçam uma correspondência lexical entre verbo e advérbio;

b) na maior parte dos casos coincidem as regências das palavras cognatas pertencentes a categorias gramaticais diferentes. Ex.: *André agrada a Sílvia. / André é agradável a Sílvia.*

A autora esclarece que se trata, assim, de um princípio geral, razão por que este princípio deve abarcar a correspondência verbo/advérbio, nessa regularidade lexical. Ela engloba, nesse caso, todas as situações com gerúndio; desde as construções denominadas pelas gramáticas por orações reduzidas de gerúndio (*Conversando a gente se entende* (p. 117)), até os casos, também denominados pelas gramáticas, de TC (*Ela está fazendo muitas viagens* (p. 118)). Sobre o caso retratado na primeira, ela recorre aos itens *a* e *b*, acima especificados, para justificar sua posição ao classificar a forma gerundial como advérbio, simplesmente. Quanto à segunda, mantém a preservação da análise do gerúndio como advérbio com base nos seguintes pontos:

- a) falta qualquer motivo gramatical para distinguir os casos dos tipos da segunda frase de casos como: *Ela fala dormindo*. (p. 119);
- b) nenhum dos verbos da lista de candidatos a auxiliar tem apenas a função de auxiliar. Todos os verbos dados como auxiliar preenchem posições sintáticas em que são verbos principais;
- c) mesmo nas construções em que a ligação entre o verbo dito auxiliar e o principal é muito estreita, estes podem ser intercalados por um advérbio o que enfraquece o apelo intuitivo de atribuir à forma verbal finita o *status* de auxiliar.

Não consideramos bem explicados por Lemle casos como os que apresenta em:

(43) *Bolsas contendo livros deverão ser deixadas na portaria.*

(44) *Aquela garotinha usando chapéu parece uma anãzinha.*

(45) *Olha lá aquela nuvem parecendo um urso.*

A autora admite, com propriedade, que o papel do gerúndio, nesses casos, é semelhante ao do adjetivo. Todavia, morfológicamente, o comportamento do gerúndio é incompatível, pois não obedece à regra de concordância, própria dos nomes. Não temos as formas *contenda*, *usanda*, e *parecenda* para concordar, como fazem os adjetivos, com os nomes aos quais se referem.

Para resolver o problema, já que não admite a possibilidade de a forma gerundial ser outra coisa senão advérbio, ela busca uma análise que preencha, ao mesmo tempo, o requisito de que o gerúndio esteja numa posição compatível com o efeito semântico de modificador do nome e o de que ele mantenha a sua natureza morfológica adverbial, nesse caso, invariável. Para construir uma análise que atenda as duas situações, a autora lança mão de estruturas sintáticas, com nós vazios, que devem ser preenchidos por regras de substituição. Para a formulação dessa análise, postulam-se

regras, dentre elas uma que “cria material” para se proceder ao preenchimento dos nós vazios. E é justamente nessas regras onde reside a nossa dúvida sobre a sua eficácia para determinar se esses gerúndios são, de fato, advérbios, pois as regras de inserção de termos para o preenchimento dos nós vazios depende da “criatividade do falante”.

Lemle, ainda com base na teoria lexicalista, postula uma regra para fortalecer sua idéia sobre a situação do particípio como adjetivo:

REGRA: à classe dos verbos corresponde uma classe de adjetivos, mediante o acréscimo do sufixo -do ao radical verbal (p. 123).

Segundo a autora, essa regra nada mais é senão a visão formalizada do conhecimento que vem expresso nas gramáticas tradicionais através da definição que dão ao particípio passado como adjetivo verbal. Acrescenta, também, que o enfoque lexicalista do particípio passado dá cobertura ao fenômeno da apassivação, já que essa regra abarca os fatos que se deseja ver cobertos por essa transformação, isto é, “ela mostra que a uma construção sentencial transitiva corresponde uma construção contendo adjetivo, na qual o adjetivo predica o nome que, na construção transitiva, é o objeto direto do verbo” (p. 123). Observe os exemplos a seguir:

(46) *O povo brasileiro foi corrompido pela escravatura.*

(47) *José era ansioso por liberdade.* (p.124)

Com base nessa análise, Lemle trata *corrompido pela escravatura* como um sintagma adjetivo isomórfico, sintaticamente, de *ansioso por liberdade*.

Note-se que esse procedimento ela adota para os casos de particípio passado formados com o verbo *ser*, já com o verbo *ter*, cujo particípio fica invariável, a situação não é tão facilmente explicável, pois não se pode apelar para as marcas morfológicas para analisá-lo como adjetivo. Contudo, Lemle considera que lançar mão da solução de considerar as estruturas com *ter* como TC ou CP seria entrar em choque com a postura anteriormente tomada, além de “anular o lucro analítico” que, segundo ela, obteve com a solução já explicitada quanto aos casos analisados acima. Diz, ainda, que classificar esses particípios conforme postula a gramática normativa é estar tratando de encontrar solução para casos *ad hoc*.

Assim, as construções formadas com o verbo *ter* são analisadas como estruturas formadas por *verbo* mais *advérbio deadjetival*. Essa solução decorre da criação de uma regra, já anteriormente descrita, que expressa a correspondência entre adjetivos e advérbios com idênticas formas fonológicas. Diante dos fatos expostos.

A proposta de Lemle é controversa e de difícil aceitação. A autora lança mão de argumentos diacrônicos, ao estabelecer o elo entre gerúndio e advérbio (pp. 117-8). O

argumento de que entre o verbo dito auxiliar e o verbo principal pode-se colocar advérbio não é válido, pois não é a mesma coisa:

(48) *Ele está na Europa fazendo muitas viagens.*

(49) *Ele está fazendo muitas viagens na Europa.*

A inclusão do participio na chamada voz passiva entre os adjetivos é polêmica e simplifica e muito a questão da referida voz em português. Considerar em *ter* e *haver* mais *participio* este último elemento como advérbio é também controverso e não tem sustentação, conforme já demonstramos.

São inválidos os argumentos diacrônicos, segundo os quais o participio concordava com o objeto direto (*tenho cartas escritas*), uma vez que, na sincronia atual, *tenho cartas escritas* é diferente de *tenho escrito cartas*, quanto ao sentido.

Face ao exposto, percebe-se a complexidade que envolve o estatuto das perífrases verbais. Um estudo mais detido e conclusivo deve ser empreendido para a elucidação das questões não-resolvidas com as quais nos deparamos no decorrer deste estudo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS¹⁰

- ALI, Said (1957) *Dificuldades da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica.
- BENVENISTE, Emile (1988) *Problemas de lingüística geral I*. Campinas: Pontes.
- CAMARA JR, J. Mattoso (1989) *Estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes.
- KURY, Adriano da Gama (1960) *Lições de análise sintática*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- LEMLE, Miriam (1989) *Análise sintática*. São Paulo: Ática.
- MACAMBIRA, J. Rebouças (1978) *Português estrutural*. São Paulo: Pioneira.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo et alii. (1996) O paradigma da gramaticalização. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo et alii. *Gramaticalização no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- PONTES, Eunice (1973) *Verbos auxiliares em português*. Petrópolis: Vozes.
- VOTRE, Sebastião (1996) Um paradigma para a lingüística funcional. In.: MARTELOTTA, Mário Eduardo et alii. *Gramaticalização no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- VOTRE, Sebastião e CEZARIO, Maria Maura (1996) Gramaticalização na ordenação vocabular de sujeito e auxiliar-verbo. In.: MARTELOTTA, Mário Eduardo et alii. *Gramaticalização no português do Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

¹⁰ Por falta de espaço muitas referências bibliográficas não serão mencionadas. A bibliografia completa desse artigo encontra-se em minha Dissertação de Mestrado (O Aspecto Verbal nas Formas Perifrásticas do Português Oral Culto de Fortaleza –1998- UFC).